



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI
SISPREV-TO**



PORTARIA Nº 06, DE 14 DE JANEIRO DE 2026.

Institui o Programa de Revisão da Folha de Benefícios Previdenciários do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Teófilo Otoni –SISPREV-TO.

A DIRETORA PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI – SISPREV/TO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 4.974, de 04 de outubro de 2001 e,

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a legalidade, regularidade e sustentabilidade financeira dos benefícios previdenciários pagos pelo Regime Próprio de Previdência Social;

CONSIDERANDO as normas gerais aplicáveis aos regimes próprios estabelecidas pela Lei nº 9.717/1998;

CONSIDERANDO as orientações da Secretaria de Previdência do Governo Federal quanto às boas práticas de governança exigidas pelo Pró Gestão;

CONSIDERANDO que a Administração Pública possui o poder de autotutela, que permite revisar atos administrativos desconforme com a legislação;

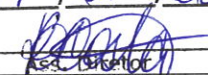
CONSIDERANDO que os benefícios previdenciários são relações de trato continuado;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Revisão da Folha de Benefícios Previdenciários do SISPREV-TO.

Art. 2º O Programa tem por objetivo promover a verificação da regularidade dos benefícios previdenciários concedidos e pagos pelo RPPS, mediante análise administrativa dos atos de concessão e dos cálculos de benefícios.

Art. 3º A revisão abrangerá especialmente:

PUBLICADO
Dia 14 / 01 / 26


Dir. Presidente



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
DO MUNICÍPIO DE TEÓFILO OTONI
SISPREV-TO**



ANEXO ÚNICO

Checklist Técnico para Revisão de Aposentadorias

Identificação do benefício:

Nome do segurado
Matrícula
Cargo efetivo
Data de aposentadoria
Tipo de aposentadoria

Documentação essencial:

Ato de concessão
Publicação do ato
Ficha funcional completa
Certidões de tempo de contribuição
Memória de cálculo do benefício

Verificação do tempo de contribuição:

Tempo no serviço público
Tempo no cargo
Tempo total considerado
Averbações

Verificação da base de cálculo:

Remuneração do cargo efetivo
Média de remunerações (quando aplicável)
Inclusão indevida de gratificações

Verificação do fundamento legal:

Regra constitucional utilizada
Legislação municipal aplicada
Compatibilidade com a Constituição

Verificação financeira:

Valor inicial do benefício
Reajustes aplicados
Conformidade com índices legais